

PRINCIPAIS PONTOS DO PROGRAMA

■ Voltar a crescer, depois de 14 meses de recessão. Economia pode crescer 5% na administração Itamar Franco.

■ Incentivar, com redução de impostos, setores que geram mais emprego e exportam.

■ Queda gradual da inflação, baseada no equilíbrio das contas públicas, reforma financeira, solução para grandes dívidas do governo e problemas estruturais (inclusive nova Previdência Social).

■ Criação de 2 milhões de empregos por ano. Venda de alimentos mais baratos aos pobres (Rede Somar). Distribuição de alimentos em casos extremos.

■ Garantia de que não haverá pacotes, confiscos, congelamentos de preços e mudanças abruptas nos critérios de correção monetária.

■ Recuperação gradual do poder de compra dos assalariados.

■ Banco Central mais independente (sem tratar de consórcios ou SFH). Limitação nas atividades dos bancos estaduais, para que não financiem seus governos (objetivos políticos). Fechamento de agências de bancos federais.

■ Manutenção do acordo da dívida externa acertado com banqueiros.

■ Discussão com o Congresso forma de receber dívidas do FGTS (de estados, municípios e empresas privadas).

■ Negociação com o Congresso para evitar o rombo potencial de US\$ 22 bilhões do SFH (FCVS). Mutuários beneficiados com descontos no passado podem ter res-

tação elevada para chegar ao comprometimento inicial com prestação da casa própria.

■ Manutenção dos programas de privatização, desregulamentação da economia e abertura comercial ao exterior.

■ Destinação de US\$ 55 bilhões a programas sociais. Verbas de US\$ 2,5 bilhões para recuperação de estradas este ano. US\$ 3 bilhões para construção de casas populares em 93 e 94.

■ Severo controle das tarifas públicas, com preços mais baixos para os mais pobres (energia elétrica, ficha de orelhão, carta de 10 gramas mais barata etc).

■ Câmbio no atual nível, para incentivar exportações.

■ Aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, o que possibilitar

um superávit público primário de 2,5% no ano que vem, ou seja, superávit próximo de US\$ 10 bilhões (Cr\$ 122 trilhões).

■ Mandatos fixos para diretorias do BC, da CVM e da Susep. Extensão aos bancos estaduais requisitos de liquidez e solvência exigidos das instituições privadas.

■ Reformulação do SFH, com linhas de financiamento para classes baixas e média. Aumento de dinheiro para construção civil, inclusive com a criação dos Fundos de Investimentos Imobiliários.

■ Alongamento não compulsório dos prazos dos títulos públicos.

■ Renegociação das dívidas de US\$ 49 bilhões dos estados e municípios com a União e órgãos federais.